



I Seminário Interno de Pesquisa

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2009

ANAIS

Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(PPGD/FND/UFRJ)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Aloísio Teixeira

Vice-reitora

Sylvia da Silveira de Mello Vargas

Pró-reitoria de Graduação

Belkins Valdman

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Angela Uller

Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

Carlos Antônio Levi da Conceição

Pró-reitoria de Pessoal

Luiz Afonso Henrique Mariz

Pró-reitoria de Extensão

Laura Tavares Ribeiro Soares

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Decano

Alcino Ferreira Câmara Neto

Faculdade Nacional de Direito

Diretora

Juliana Neuenschwander Magalhães

Vice-diretor

Ricardo Nery Falbo

Coordenador do Curso de Graduação

João Marcelo de Lima Assafim

Coordenadora do Curso de Pós-graduação

Margarida Maria Lacombe Camargo

Coordenador Adjunto do Curso de Pós-graduação

José Ribas Vieira

Secretaria de Pós-Graduação em Direito

Chefe da Secretaria

Ana Cristina Andrade

Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/FND/UFRJ)

Rua Moncorvo Filho, 8, Centro, Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20211-340

Tel.: (21) 2242-7319

Fax: (21) 2224-8904

E-mail: posgraduação@direito.ufrj.br

FICHA CATALOGRÁFICA

ANAIS do I Seminário Interno de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, maio. 2009. Rio de Janeiro. Faculdade Nacional de Direito, 2008.

Semestral.

ISSN

1. Direito – Periódicos.

CDD 340.05

ANAIS DO I SEMINÁRIO INTERNO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ISSN

Coordenação: Prof. Margarida Maria Lacombe Camargo

Coordenação Adjunta: Prof. José Ribas Vieira

Corpo Docente:

Eduardo Maneira

Eduardo Moreira

Francisco dos Santos Amaral Neto

José Eduardo Carreira Alvim

José Ribas Vieira

Juliana Neuenschwander Magalhães

Leandro Ribeiro

Luciana Boiteux

Luis Eduardo Figueira

Margarida Maria Lacombe Camargo

Miriam Krezinger A. Guindani

Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva

Vanessa Oliveira

Editoria de texto:

Bernardo de Oliveira Soares (mestrando)

Flávia Martins de Carvalho (mestranda)

Apoio Técnico:

Bibliotecária Responsável da Faculdade Nacional de Direito

Maria de Fátima Ramos Madruga

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/FND/UFRJ), marcando o início de suas atividades acadêmicas neste primeiro semestre de 2009 com a organização do seu “I Seminário Interno de Pesquisa”, expressa o seu compromisso inafastável com a investigação científica. Tal comprometimento parte da premissa de que o ensino jurídico, no Brasil, só poderá apresentar o seu caráter transformador e crítico com a presença da pesquisa.

Assim, além dessa articulação com o processo investigativo, a publicação dos “Anais” do “I Seminário Interno de Pesquisa” objetiva, também, consolidar todo o esforço já depreendido pela comunidade acadêmica da Faculdade de Direito no avanço de uma preocupação institucional e interdisciplinar, materializada pelos grupos de pesquisa listados nessa edição dos “Anais”.

Com esse propósito, a dinâmica de apresentação dos citados grupos de pesquisa no decorrer do “I Seminário Interno de Pesquisa” foi de alocá-los por temáticas de modo adensar e efetivar as linhas de pesquisa (Direitos Humanos, Sociedade e Arte e Desenhos Institucionais e Teoria da Decisão) do PPGD/FND/UFRJ como núcleo irradiador e de aglutinação de seu mestrado e da própria graduação em direito.

Por fim, torna-se imperioso agradecer aos mestrandos Flávia Martins de Carvalho e Bernardo de Oliveira Soares pelo trabalho de editoria de texto dessa publicação dos *Anais*.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ
Maio, 2009

PROGRAMAÇÃO

13h30 ABERTURA

Pro-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Dra Angela Uller (a confirmar)
Diretora da Fac. de Direito: Profa. Dra. Juliana Neuenschwander Magalhães
Coordenadora do PPGD: Profa. Dra. Margarida Lacombe Camargo

13h45 DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA E CIDADANIA

- Núcleo de Pesquisa em Políticas de Prevenção da Violência e Formas de Acesso à Justiça (NPPVAJ) – Coord.: Profa. Dra. Miriam Guindani
- Tópicos Especiais em Direitos Fundamentais – Coord.: Prof. Dr. Leandro Ribeiro

14h15 DIREITOS HUMANOS E ORDEM INTERNACIONAL

- Direitos Humanos e Globalização – Coord.: Prof. Dr. José Ribas Vieira e Profa. Dra. Luciane Soares da Silva

14h45 DIREITOS HUMANOS E ARTE

- Direito e Cinema – Coord.: Profa. Dra. Juliana Neuenschwander Magalhães
- Instituições Judiciárias Criminais, Mídia e Cidadania – Coord.: Prof. Dr. Luiz Eduardo Figueira

15h15 DESENHOS INSTITUCIONAIS E ORDEM JURÍDICA

- Configurações Institucionais e Relações de Trabalho – Coord.: Prof. Dra. Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva
- Direito como Prática Social – Coord.: Prof. Dr. Francisco Amaral

15h45 DESENHOS INSTITUCIONAIS E PODER JUDICIÁRIO

- Observatório da Justiça Brasileira (OJB) – Coord.: Profa. Dra. Margarida Maria Lacombe Camargo e Prof. Dr. José Ribas Vieira

16h15 CONCLUSÃO DO SEMINÁRIO

Elaboração de documento final de avaliação da política de pesquisa na Faculdade de Direito

SUMÁRIO

GRUPO DE PESQUISA: Núcleo de Pesquisa em Políticas de Prevenção da Violência e Formas de Acesso à Justiça (NPPVAJ).....	7
GRUPO DE PESQUISA: Tópicos Especiais em Direitos Fundamentais.....	9
GRUPO DE PESQUISA: Teoria do Estado e Globalização.....	10
GRUPO DE PESQUISA: Direito e Cinema	12
GRUPO DE PESQUISA: Instituições Judiciárias Criminais, Mídia e Cidadania	14
GRUPO DE PESQUISA: Observatório da Justiça Brasileira (OJB)	15
GRUPO DE PESQUISA: Configurações Institucionais e Relações de Trabalho.....	18
GRUPO DE PESQUISA: Direito como Prática Social.....	19

GRUPO DE PESQUISA: Núcleo de Pesquisa em Políticas de Prevenção da Violência e Formas de Acesso à Justiça (NPPVAJ)

Composição¹

Miriam Krezinger A. Guindani², Juliana Neuenschwander Magalhães³, Luis Eduardo Figueira⁴, André Mendes⁵, Noelle C. Resende⁶, Melisanda Trentin⁷ e Paula Kapp⁸

Linha de Pesquisa PPGD: Direitos Humanos, Sociedade e Arte

Resumo

O presente grupo de pesquisa, de natureza interdisciplinar e interdepartamental, cadastrado no CNPQ em 2008, tem por objetivo o estudo, das práticas sociais, jurídicas e discursivas que fundamentam os mecanismos legais e ideopolíticos da promoção dos Direitos Humanos, do Acesso à Justiça, das Políticas Criminais (Delmas-Marty) extra-penais de Prevenção da Violência, na Sociedade do “Risco” (U.Beck).

A equipe do grupo de pesquisa vincula-se, ainda, ao Programa de Extensão denominado Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC), localizado na Pró-Reitoria de Extensão (PR-5). O NIAC, criado em 2006, congrega atualmente diferentes projetos de ensino e extensão da Faculdade Nacional de Direito (ex: Escrito Modelo de Direito, Projeto Pacificar⁹, projeto Balcão de Direitos), da Escola de Serviço Social, e do Instituto de Psicologia.

O grupo de pesquisa, portanto, contempla temas afetos tanto ao NIAC como ao Programa de Pós-Graduação da FND, pois busca pesquisar as ações em curso no campo da promoção e proteção dos direitos da cidadania (no que tange especialmente ao acesso às políticas públicas e formas alternativas de resolução dos conflitos) das famílias e comunidades populares atendidas.

Além disso, o grupo de pesquisa e o NIAC têm vislumbrado um horizonte mais amplo em matéria de formação em direitos humanos, visando alcançar aqueles que estão no exercício da gestão e execução das políticas públicas de segurança e prevenção da violência. Como parte desse esforço a equipe do NPPVAJ/NIAC coordena (2007-2009) o 1º Curso de

¹ No total o NPPVAJ congrega seis professores pesquisadores e 10 estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes áreas das humanidades. Ver

<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/fontes/detalhegrupo.jsp?grupo=0202601CLX6ENH#>

² Coordenadora do grupo. Pesquisadora e Coordenadora de Projetos de Pesquisas e do Curso de Especialização *lato sensu*, FND.

³ Pesquisadora e Coordenadora de Projeto Pacificar e do Curso de especialização *lato sensu*, FND.

⁴ Pesquisador.

⁵ Pesquisador e Supervisor Programa NIAC

⁶ Mestranda do PPGD/FND/UFRJ. Pesquisadora e Supervisora do Projeto Pacificar

⁷ Aluna da especialização *lato sensu* FND/UFRJ. Pesquisadora e Supervisora do Direito- Projeto Pacificar

⁸ Aluna da especialização *lato sensu* FND/UFRJ. Doutoranda do PPG Serviço Social. Pesquisadora e Supervisora do Serviço Social- Programa NIAC

⁹ O Pacificar, por ser um projeto ligado diretamente ao estudo teórico das formas alternativas de resolução de conflito e, portanto, de interesse específico para o PPGD/FND/UFRJ, será melhor detalhado durante o Seminário de Pesquisa.

Especialização *lato sensu* em Segurança Pública, Cultura e Cidadania¹⁰. Do referido curso, resultarão mais de 12 pesquisas/monografias vinculadas às linhas de pesquisas do NPPVAJ/NIAC/FND.

Os projetos de pesquisas, em curso, desenvolvidos pelo grupo não só possuem interface com as linhas de pesquisa do PPGD/FND/UFRJ (Direitos Humanos, Sociedade e Arte e Teorias da Decisão e Desenhos Institucionais), mas defendem uma perspectiva crítico-reflexiva sobre os direitos humanos na atualidade. Nessa ótica, de forma transversal, busca-se estudar as influências das teorias críticas e jurídicas no Direito, bem como, nos processos e mecanismos de democratização das formas de acesso à justiça na sociedade contemporânea.

Linhas de Pesquisa vinculadas ao Grupo de Pesquisa (cadastradas no CNPQ)

- Sistemas de Política Criminal Extra-Penal e os Mecanismos de Controle Social
- Subjetividade e Processos de Criminalização
- Balcão de Direitos: Ações Interdisciplinares e Itinerantes de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
- Escritório Interdisciplinar de Ações para a Cidadania: Formas Alternativas de Resolução de Conflitos

Palavras-chave: CIDADANIA, SEGURANÇA PÚBLICA, NIAC, CONFLITO.

¹⁰ O Curso de Especialização em Segurança Pública, Cultura e Cidadania, pós-graduação *lato sensu* (especialização) da FND aprovada pelo CEPG/UFRJ em 09/11/2007, nos termos da Resolução CEPG nº 05/2001, promovido mediante convênio celebrado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP do Ministério da Justiça, visa promover o aperfeiçoamento de profissionais ligados à área de segurança pública, da justiça e da cidadania, por meio de aprofundamento científico dos conhecimentos teóricos e práticos de caráter multidisciplinar, com ênfase no compromisso com os direitos humanos, a educação para compreensão do multiculturalismo da sociedade brasileira. O Curso, sendo de iniciativa de professores do NIAC/PR5, reúne professores e pesquisadores, com diferentes especialidades, dos diversos Centros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de outros centros de ensino e pesquisa, com reconhecida excelência, bem como profissionais da área da segurança do Estado do Rio de Janeiro.

GRUPO DE PESQUISA: Tópicos Especiais em Direitos Fundamentais

Composição

Leandro Ribeiro¹ e Tiago Lezan Sant'Anna²

Linha de Pesquisa PPGD: Direitos Humanos, Sociedade e Arte

Resumo

Direito à Preservação dos Recursos Hídricos

Na segunda metade do século XX, finda a guerra e constatadas as atrocidades cometidas pelo nazismo, a humanidade foi tomada por um sentimento de solidariedade intergeracional e a preocupação com a escassez dos recursos naturais passou a ter destaque. O cuidado com a preservação de recursos de uso geral passou a integrar os textos jurídicos internacionais consagradores de direitos inerentes ao homem.

Esta pesquisa aborda a temática ambiental, sob uma perspectiva dos direitos humanos. Ao ganharem espaço nos textos constitucionais, os direitos humanos consagrados em textos jurídicos internacionais recebem a denominação de direitos fundamentais. É o caso do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 de nossa Constituição de 1988. Esta, de resto, atenta à característica coletiva de tais direitos, afetou as águas ao regime de direito público.

Para que sejam efetivados os direitos fundamentais, é necessária a intervenção do Estado. No caso dos recursos hídricos, o Estado deve fiscalizar seu uso, de modo a garantir a saúde e o bem-estar da coletividade, bem como o equilíbrio ecológico aquático. Devem ser definidas e aplicadas políticas públicas de médio e longo prazo e procedimentos capazes de transformar o ideal constitucional em realidade.

Palavras-chave: DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS, MEIO AMBIENTE, CÓDIGO DAS ÁGUAS E LEI 9433/97, DIREITO DAS ÁGUAS.

¹ Coordenador do grupo. Desembargador e Professor da FND/UFRJ e do PPGD/FND/UFRJ.

² Mestrando do PPGD/FND/UFRJ. Advogado, formado pela UERJ. Pós-Graduado em Direito Civil, Direito Empresarial e Processo Civil pela Fesudeperj e em Direito Civil pela UERJ (Residência Jurídica).

GRUPO DE PESQUISA: Teoria do Estado e Globalização

Composição

José Ribas Vieira¹, Luciane Soares da Silva², Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, Alexandre de Oliveira Demidoff, Marcus Vinicius Araujo Batista de Matos, Priscila Viera, Rafael B. Vieira e Tiago Magaldi Granato Silva

Linha de Pesquisa PPGD: Direitos Humanos, Sociedade e Arte

Resumo I

Formação da nação e o conceito de cultura brasileira

No momento em que os resultados do processo de globalização podem ser percebidos nas esferas econômica, cultural e política, é necessário que se discuta as formas como certos temas aparecem na agenda internacional e quais as conseqüências destas formas para pensar o lugar das nações (ou as transformações quanto aos lugares ocupados) em uma nova configuração geopolítica. Se as identidades híbridas, no quadro do multiculturalismo enfatizam a primazia das diferenças e o respeito a alteridade de cada grupo, faz-se necessário olhar para a forma como, no Brasil, se constituiu historicamente o conceito de povo e de cultura popular. A hipótese que será apresentada como argumento principal é que a colonização brasileira e a persistência de políticas excludentes do ponto de vista de um acesso universal à cidadania, produziram um mosaico complexo para análise do conteúdo destes costumes s classificados como populares. O enquadramento para esta discussão cobre um período que inicia no século XIX, período no qual os costumes incentivados alinhavam-se às formas de viver européias e estende-se até o século XX, principalmente a partir da década de 30, sob a era Vargas e a influência de Gilberto Freyre para toda uma geração de pensadores. Ainda serão abordados os anos 50, nos quais a modernização altera profundamente o quadro de referências em arte e cultura, chegando aos anos 60 e 70, anos de ditadura, resistência, arte engajada e eleição de alguns tipos sociais urbanos como representantes legítimos de nossa cultura. São estes câmbios que serão apresentados para sugerir que em nosso país, o conceito de cultura popular tem uma historicidade muito distinta da forma como se apresenta em países europeus.

Palavras-chave: NAÇÃO, CULTURA, INTELLECTUAIS

Resumo II

Elementos analíticos fundamentais no paradigma do estado de exceção

O presente trabalho tem como proposta investigar alguns dos elementos fundamentais relacionados ao movimento de constante suspensão do direito nas sociedades contemporâneas, no momento em que, segundo Agamben, o estado de exceção torna-se na verdade a regra.

¹ Coordenador do grupo de pesquisa. Professor Associado do Departamento de Direito do Estado da FND/UFRJ. Professor do quadro permanente do curso PPGD/FND/UFRJ. Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFF. Professor Adjunto da PUC-Rio. E-mail: jribas@puc-rio.br.

² Coordenadora do grupo de pesquisa.

Nesse emergir, são necessários os estudos de determinadas categorias relacionadas ao tema, como a soberania, o campo e o Homo Sacer enquanto possibilidades analíticas para o processo responsável pelo recorrente estado de crise das ditas democracias modernas que possuíam, por base, a concepção de um Estado de direito.

Tendo a soberania como chave primária e o campo e Homo Sacer como horizontes explicativos derivados, busca-se fazer com isso uma contraposição com os próprios pilares do Estado Moderno. Toma-se, assim, como marco teórico principal a noção de estado de exceção, extraída principalmente da obra do filósofo italiano Giorgio Agamben. Utiliza-se também os estudos de outros autores que usam o estado de exceção enquanto possibilidade explicativa em diferentes âmbitos das ciências sociais contemporâneas, dentre eles: Gilberto Bercovici, Paulo Arantes, Antonio Negri, Michael Hardt, Walter Benjamin e outros.

Palavras-chave: DEMOCRACIA, ESTADO DE EXCEÇÃO.

GRUPO DE PESQUISA: Direito e Cinema¹

Composição

Juliana Neuenschwander Magalhães², Ricardo Nery Falbo³, Vera Karam de Chueiri⁴, Alexandre Bernardino Costa⁵, Nádia Teixeira Pires da Silva⁶, Eric Santos Lima⁷, Felipe Chaves Pereira⁸, Gabriel Borges Mendes⁹ e Vitor Macabu Oliveira¹⁰.

Linha de Pesquisa PPGD: Direitos Humanos, Sociedade e Arte

Resumo

O Grupo de Pesquisa Direito e Cinema surgiu em 2005, com o propósito mais geral de verificar as possíveis relações – no contexto de uma investigação mais ampla sobre as interfaces entre o Direito e a Arte – entre o direito como sistema social e o cinema como arte e como meio da comunicação. O Cinema, como meio da difusão da comunicação social, é aqui compreendido nem tanto como lugar da projeção de interpretações sobre o direito, mas principalmente como *locus* da construção de expectativas normativas na forma de imagens. Enquanto forma de expressão artística, o Cinema reflete os paradoxos da sociedade moderna e, portanto, também do direito enquanto sistema social dessa sociedade: é capaz de tornar perceptível aos sentidos aquilo que a sociedade ainda não consegue traduzir em termos de cognição. Assim, desde uma perspectiva que se quer construtivista nos termos preconizados por Niklas Luhmann – um construtivismo radical, no dizer do mesmo – assume-se que conhecer as formas de expressão fílmica do direito é, também, conhecer o direito. Isso significa: filmes ao abordarem, direta ou indiretamente, questões jurídicas promovem aquilo que Pierre Bourdieu denomina de “eficácia simbólica”, i.e., aquela eficácia que se constitui para além do âmbito dos especialistas, que exige dos não-iniciados certa “cumplicidade”, e que confere ao direito a “excelência do discurso legítimo”. Buscando, portanto, conhecer o direito a partir da observação cinematográfica do direito e, ao mesmo tempo, conhecer os processos de construção do direito por meio da experiência cinematográfica e imagética, o grupo aponta para uma perspectiva necessariamente interdisciplinar, que não se esgota na obra fílmica, mas que a partir dela evoca observações mais complexas sobre as relações entre Direito e Arte e, portanto, também sobre os limites das Ciências Sociais. Perfila-se, desta forma, uma nova abordagem da Teoria do Direito, aberta ao diálogo com a Arte e as diferentes formas de expressão artística, como o Cinema ou a Literatura.

¹ Ver <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0202601S1DMU3F>

² Coordenadora do grupo. Professora Adjunta IV e Diretora da FND-UFRJ. Professora do PPGD/FND/UFRJ. E-mail: jneuwander@yahoo.com.br

³ Pesquisador. Professor Adjunto da FND/UFRJ. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UERJ. Professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da UERJ. E-mail: falbo@redewb.net

⁴ Pesquisadora. Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da UFPR. E-mail: vkchueiri@uol.com.br

⁵ Pesquisador. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da UnB. E-mail: abc.alexandre@gmail.com

⁶ Mestranda do PPGD/FND/UFRJ. Bacharel em Direito pela UFRJ. Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ. E-mail: nadiatpires@click21.com.br

⁷ Graduando em Direito pela FND/UFRJ. Bolsista PIBIC. E-mail: ericslima@oi.com.br

⁸ Graduando em Direito pela FND/UFRJ. Bolsista PIBIC. E-mail: chaves_pereira@yahoo.com.br

⁹ Graduando em Direito pela FND/UFRJ. E-mail: gbmendes83@yahoo.com.br

¹⁰ Graduando em Direito pela FND/UFRJ. E-mail: vitormacabu@gmail.com

Palavras-chave: COMUNICAÇÃO, CINEMA, CONHECIMENTO, DIREITO.

GRUPO DE PESQUISA: Instituições Judiciárias Criminais, Mídia e Cidadania**Composição**

Luiz Eduardo de V. Figueira¹, Pedro Kohnert Magalhães, Ana Beatriz Oliveira Araújo, Carolina Brito Brandão, Fabio Ebendinger M. Henriques, Felipe Ebendinger M. Henriques, Murilo Amorim M. Gomes, Marcos Vinicius Rodrigues, Pedro Teixeira Pinos Greco, Raphael de Souza S. Santoro, Pedro Igor de S. P. Oliveira, Sylvia Amanda da Silva Leandro e Tayssa Botelho.

Linha de Pesquisa: Desenhos Institucionais e Teorias da Decisão

Resumo

O presente projeto tem por objetivo descrever e analisar a lógica de produção da verdade nos campos jurídico e jornalístico. Neste contexto, pretende-se comparar os mecanismos institucionais (práticas, discursos, sistemas de classificação etc) por meio dos quais determinados eventos do cotidiano são apropriados pela rede de significação dos respectivos campos e constituídos enquanto “fatos jurídicos” e “fatos jornalísticos”. A verdade possui um sentido político e operacional em ambos os campos. “A busca pela verdade dos fatos” consubstancia-se num valor-diretriz que legitima e confere ao Judiciário e à Imprensa o poder simbólico de produzir determinados discursos que serão considerados verdadeiros. A “notícia jornalística” e a “decisão judicial” (sentença ou acórdão) são os produtos mais acabados do funcionamento dessas instituições. Entender a operacionalidade dessas instituições no contexto de seus respectivos campos sociais é o objetivo central deste projeto.

Projeto de Pesquisa: *Produção da verdade nos campos jurídico e jornalístico.*

Palavras-chave: PRODUÇÃO DA VERDADE, MÍDIA, INSTITUIÇÕES JUDICIÁRIAS

¹ Coordenador do grupo. Professor da FND/UFRJ e do PPGD/FND/UFRJ.

GRUPO DE PESQUISA: Observatório da Justiça Brasileira (OJB)

Composição

Margarida Maria Lacombe Camargo¹, José Ribas Vieira², Eduardo Ribeiro Moreira³, Alexandre Garrido da Silva⁴, Fernando Gama de Miranda Netto⁵, Rodrigo de Souza Tavares⁶, Alain Souto Rémy⁷, Bernardo de Oliveira Soares⁸, Flávia Martins de Carvalho⁹, Marcus Vinicius A. B. de Matos¹⁰, Carolina Bandeira¹¹, Vitor Miguel Naked de Araújo¹², Laura Bastos Carvalho¹³ e Leonardo Bento Oliveira Leite¹⁴.

Linha de Pesquisa no PPGD: Desenhos Institucionais e Teorias da Decisão

Resumo

No primeiro semestre de 2009, o Observatório da Justiça Brasileira (OJB) completou a sua etapa de pesquisa (2007/2008) a respeito do Acesso à Justiça no quadro de sua articulação com pesquisadores do curso de Direito da Unb, com financiamento da Secretaria da Reforma do Poder Judiciário do Ministério da Justiça, o que resultou na publicação do dossiê especial dos resultados de sua investigação científica a respeito do STF e o Acesso à Justiça na Revista Jurídica da Faculdade de Direito da UFRJ nº 3, e iniciou, agregando, entre outros pesquisadores, os mestrados do PPGD/FND/UFRJ, um direcionamento consolidado na apresentação de projeto de pesquisa em Edital do CNPq para as Ciências Sociais Aplicadas. O projeto mereceu o título de "Representação Argumentativa e Desenhos Institucionais: Um

¹ Coordenadora do grupo. Coordenadora do PPGD/FND/UFRJ. Professora Adjunta do Departamento de Teoria do Direito da FND/UFRJ. Chefe do Departamento de Teoria do Direito da FND/UFRJ. Pesquisadora da Casa Rui Barbosa do Rio e Janeiro (FCRB). E-mail: margaridacamargo@terra.com.br.

² Pesquisador. Professor Associado do Departamento de Direito do Estado da FND/UFRJ. Professor do quadro permanente do PPGD/FND/UFRJ. Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFF. Professor Adjunto da PUC-Rio. E-mail: jribas@puc-rio.br.

³ Pesquisador. Professor de Direito Constitucional da UFRJ. Estudos de Pós-Doutorado na Universidad de Castilla-La Mancha. Doutorando em Filosofia pela UFRJ. Doutor em Direito pela PUC/SP. Mestre em Ciências Penais pela UCAM.

⁴ Pesquisador. Professor Assistente de Fundamentos do Direito da FaDir – UFU. Doutorando e Mestre em Direito Público pela UERJ. Bacharel em Direito pela UERJ. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFRJ. E-mail: alexandre@fadir.ufu.br.

⁵ Pesquisador. Professor Adjunto de Processo Civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do IBMEC-RJ. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UCAM. Aprovado no ano de 2009 no concurso de provas e títulos para o cargo de Professor Adjunto do Departamento de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: fernandojuris@yahoo.com.br.

⁶ Pesquisador. Professor da UGF. Mestre em Direito, Estado e Cidadania pela UGF. Ex-revisor da Revista de Ciências Sociais (UGF). E-mail: tavares_rodrigo_@hotmail.com

⁷ Mestrando do PPGD/FND/UFRJ. Pós-graduando em Direito Administrativo Empresarial na UCAM. E-mail: alainsr@gmail.com.

⁸ Mestrando do PPGD/FND/UFRJ. Especialista em Direito do Estado pela UERJ. E-mail: bernardo_osoares@hotmail.com.

⁹ Mestranda do PPGD/FND/UFRJ. Bacharel em Direito pela UFRJ e em Comunicação Social pela UERJ. E-mail: flaviafnd@gmail.com.

¹⁰ Mestrando do PPGD/FND/UFRJ. Graduado em Direito pela UFRJ. E-mail: mv@ufrj.br.

¹¹ Graduanda em Direito pela FND/UFRJ. Bolsista PIBIC-UFRJ do projeto de pesquisa Pragmatismo Jurídico, sob orientação da prof.^a Margarida Maria Lacombe Camargo. E-mail: carolina_fnd@yahoo.com.br.

¹² Graduando em Direito pela FND/UFRJ. Email: vitormiguel@ufrj.br ou vitormiguelfnd@yahoo.com.br.

¹³ Graduanda em Direito pela UERJ.

¹⁴ Graduando em Direito pela UFRJ.

estudo sobre o Supremo Tribunal Federal Brasileiro”. Tal encaminhamento ao CNPq reforçou o caráter interdisciplinar e institucional do citado grupo de pesquisadores do OJB. Ressalte-se que, o OJB pode avançar em estabelecer um quadro de síntese a respeito da concepção de instituição e desenhos institucionais com base na obra de Robert Goodin e sua aplicação no estudo das decisões do STF.

Nascido em 2007, o OJB tem como objetivo principal mapear e analisar as decisões do Supremo Tribunal Federal nos denominados casos difíceis. Em um primeiro momento, dedicou-se ao tema do *acesso à justiça*, desenvolvendo o projeto de pesquisa *Dossiê Justiça: uma proposta de observação da relação entre Constituição e Democracia no Brasil*. O projeto em questão recebeu auxílio financeiro da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e contou com a colaboração institucional da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). A etapa de pesquisa foi concluída no ano de 2008 e seus resultados foram publicados na Revista Jurídica da Faculdade de Direito da UFRJ nº 3. Em um segundo momento, agregando, entre outros pesquisadores, os Mestrandos do PPGD/FND/UFRJ, deu início ao projeto de pesquisa *Representação Argumentativa e Desenhos Institucionais: Um estudo sobre o Supremo Tribunal Federal Brasileiro*, submetido ao CNPq, nos termos do Edital CNPq n. 02/09. O projeto atual conta com a participação de 6 (seis) pesquisadores, 8 (oito) estudantes e (1) auxiliar administrativo, mantendo, ainda, parcerias com outros centros de pesquisa, como a Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Universidade Gama Filho – UGF e Universidade Federal Fluminense - UFF, cabendo ressaltar a estreita vinculação com a linha de pesquisa *Teorias da Decisão e Desenhos Institucionais* no âmbito do PPGD/FND/UFRJ. A investigação em curso pretende questionar o papel do Supremo Tribunal Federal no quadro de uma crescente judicialização da política. Nos dias atuais, é difícil imaginar uma questão política, moral, econômica, científica ou ambiental que não possa ser levada à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Cabe citar alguns exemplos. O Supremo Tribunal Federal (STF) teve a oportunidade de analisar se uma lei poderia restringir a compra de arma de fogo (ADI 3112/DF), sobre a constitucionalidade das pesquisas com células-tronco (ADI 3510/DF), sobre os limites da liberdade de expressão e os discursos com conteúdo racista (HC 82424/RS), sobre a liberdade de informação jornalística (ADPF 130/DF) e tem em sua pauta questões como a constitucionalidade das leis que estabelecem processos seletivos diferenciados para pessoas de origens sociais e raciais diferentes (ADI 3330/DF) e interrupção da gravidez de feto anencefálico (ADPF 54/DF). Todas estas relevantes questões foram ou serão tratadas recentemente. O protagonismo do STF como ator político é visível. Daí a necessidade de indagar como as suas práticas decisórias têm desenhado e redesenhado o modelo institucional de processo democrático no Brasil. Isto implica questionar se os argumentos que embasam as decisões do STF, algumas com nítido conteúdo “aditivo” (e.g.: súmula vinculante n. 11 regulando a utilização de algemas), servem de fonte de legitimação para o Tribunal e, ainda, impõe a necessidade de uma investigação meticulosa acerca dos limites da denominada “representação argumentativa”, bem como uma análise dos conflitos e das tentativas de diálogo institucionais entre os três Poderes. Busca-se, ademais, procurar modelos alternativos de exercício da jurisdição constitucional. É necessário, diante desses novos padrões e dentro do universo da teoria dos desenhos institucionais, estudar a possibilidade e necessidade de um denominado constitucionalismo cooperativo materializado pelos processos de diálogos institucionais. As propostas teóricas de determinados autores serão fundamentais para resolver o problema objeto da pesquisa. O judiciário como o “fórum do princípio” em Ronald Dworkin, o “minimalismo judicial” em Cass Sunstein, a Constituição como “organismo vivo” em Wil Waluchow, a “virada institucional” em Adrian Vermeule e a negação de uma “forma-forte de revisão judicial” em Jeremy Waldron fornecem a base teórica indispensável ao desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: STF, REPRESENTAÇÃO ARGUMENTATIVA, DECISÃO

GRUPO DE PESQUISA: Configurações Institucionais e Relações de Trabalho

Composição

Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva¹, Cristiane de Oliveira Igreja², Bruno Kazuhiro Otsuka Nunes³, Eleonora Kira Valdez de Moura⁴, Renata Leite⁵ e Tadeu Ibara⁶.

Linha de Pesquisa no PPGD: Desenhos Institucionais e Teorias da Decisão

Resumo

O projeto de pesquisa se insere dentro das atividades desenvolvidas pelo Grupo Configurações Institucionais e Relações de Trabalho e que tem como propósito precípua desenvolver investigações afetas ao estudo das instituições jurídicas que estruturam as relações de trabalho no Brasil, bem como se propõe a ser um laboratório de acompanhamento das propostas em discussão, no cenário público, que pugnam pela reformulação do marco regulatório aplicável ao mundo do trabalho na contemporaneidade. Examinam-se os processos de reconfiguração parcial do direito coletivo do trabalho e seus impactos sobre as relações que se estabeleceram entre os atores sindicais e empresariais na década em curso. O foco se direciona sobre os resultados de uma atividade de redesenho das instituições trabalhistas no Brasil contemporâneo, ocorrida mediante uma ampla alteração da Constituição de 1988.

A partir de decisões políticas que obtiveram sucesso ao implantar uma reforma no Poder Judiciário brasileiro, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, procura-se compreender as conseqüências concretas de tal redesenho institucional. Em especial, os impactos da modificação das atribuições da Justiça do Trabalho, da restrição dos instrumentos processuais clássicos (dissídios coletivos) e da delimitação do papel do Ministério Público do Trabalho nos conflitos coletivos de trabalho, ou seja, volta-se para a compreensão da atuação do Judiciário trabalhista e dos pós-rearranjos institucionais introduzidos por força de procedimentos de reengenharia constitucional, sem deixar de propiciar um espaço de discussão e compromisso com a compreensão de desafios e problemas atuais.

Destarte, o projeto analisa os impactos das mutações do mundo do trabalho nas teorias explicativas sobre o Direito e nos sistemas de regulação jurídica do trabalho humano, articulados em diversas dimensões, abrindo caminho para debates variados.

Palavras-chave: TRABALHO, CONFLITOS COLETIVOS, REGULAÇÃO.

¹ Coordenadora do grupo. Professora do PPGD/FND/UFRJ. Professora Adjunta de Direito do Trabalho da FND/UFRJ. E-mail: sayonara.trp@terra.com.br.

² Mestranda do PPGD/FND/UFRJ. Bacharel em Direito pela UFRJ. E-mail: cris_fnd_ufrj@yahoo.com.br.

³ Graduando em Direito pela FND/UFRJ. Bolsista PIBIC-UFRJ. E-mail: bkazuhiro@hotmail.com.

⁴ Graduanda em Direito pela FND/UFRJ. Bolsista PIBIC-CNPq-UFRJ. E-mail: lelekira@gmail.com.

⁵ Graduanda em Direito pela FND/UFRJ. E-mail: renata_aleite@yahoo.com.br.

⁶ Graduando em Direito pela FND/UFRJ. E-mail: thadeui@yahoo.com.br

GRUPO DE PESQUISA: Direito como Prática Social

Composição

Francisco Amaral¹, Flávio Alves Martins², Leandro Ribeiro da Silva³, Caroline Soares⁴, Priscila Sun Min Park⁵, Camila Melo de Aguiar⁶ e Ana Beatriz de Oliveira⁷.

Linha de Pesquisa: Desenhos Institucionais e Teorias da Decisão

Resumo

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e o Código Civil, de 2002, confirmam a permanência da idéia de sistema no direito brasileiro, como as naturais conseqüências dogmáticas e metodológicas, mas apresentam significativas mudanças que permitem vislumbrar um novo paradigma no pensamento jurídico brasileiro. *Mudanças estruturais*, pela inserção de princípios, cláusulas gerais, e conceitos indeterminados, a revelarem uma abertura para os valores ético-políticos e para o mundo dos fatos, e a exigir do juiz maior atividade interpretativa-criativa, no exercício de um poder decisório que caracteriza a já denominada judicialização da vida jurídica. *Mudanças axiológicas*, no sentido de defenderem, como prioritários e fundamentais, os valores da pessoa humana e da justiça, contrariamente à posição hegemônica da segurança e da propriedade, como era próprio da modernidade. *Mudanças funcionais*, no sentido de superarem a tradicional perspectiva normativista-legalista pela funcionalização dos principais institutos jurídicos. *Mudanças metodológicas*, no processo de realização do direito, com a superação do pensamento sistemático normativista, teórico, legalista e lógico-dedutivo, por um novo pensamento, problemático, axiológico e dialético, de modo a caracterizar o pensamento jurídico como razão prática e o direito como prática social criativa. Dando abertura e flexibilidade ao sistema, os princípios jurídicos não só representam a superação do pensamento positivista, como também contribuem para uma nova metodologia de realização do direito, no sentido de uma interpretação conforme aos princípios. Valores e princípios tornam-se, por isso, objeto de crescente interesse da doutrina jurídica, que os vê como novos protagonistas no quadro das fontes de direito e da validade jurídica, e lhes reconhece grande papel no processo de interpretação criativa, a justificar uma possível revisão dos temas tradicionais da ciência do direito.

Palavras chaves: PRINCÍPIOS JURÍDICOS, RACIOCÍNIO JURÍDICO, PRÁTICAS SOCIAIS.

¹ Coordenador do grupo. Professor do PPGD/UFRJ/UFRJ e da FND/UFRJ.

² Pesquisador. Professor da FND/UFRJ.

³ Pesquisador. Professor do PPGD/UFRJ/UFRJ e da FND/UFRJ.

⁴ Graduanda em Direito pela FND/UFRJ.

⁵ Graduanda em Direito pela FND/UFRJ.

⁶ Graduanda em Direito pela FND/UFRJ.

⁷ Graduanda em Direito pela FND/UFRJ.